

AS NARRAÇÕES RELATIVAS À CONJURAÇÃO MINEIRA ANTERIORES ÀS DÉCADAS DE 1870-80

Augusto Henrique Assis Resende, mestrando na FCL/UNESP¹

Resumo

O trabalho por nós proposto visa compreender como se deu a difusão dos livros produzidos no correr do século XIX que narravam a história do Brasil e tinham entre seus temas a história da Conjuração Mineira. Além dessa bibliografia faremos referência à existência de uma literatura nacional em que os conjurados se fizeram presentes. Portanto é nossa intenção mostrar que muito antes da República ser implantada, a imagem e o simbolismo inconfidentes já vinham sendo utilizados e sem a oposição das instituições monárquicas.

Palavras-chave: Conjuração Mineira; simbolismo; inconfidentes; República; Monarquia.

Abstract

This research proposes an understanding about the diffusion of books that were produced in the nineteenth century which tells the history of Brazil and among your themes were the history of Conjuração Mineira. Besides that bibliography we will refer to a national literature in whose pages the conjurados has been included. Therefore is our intention showing that in the early nineteenth century, without monarchist's resistance the images and symbolism related with inconfidentes were used much time before the institution of republic.

Keywords: Conjuração Mineira; symbolism; inconfidentes; republic; monarch.

Vimos estudando há um tempo as relações simbólicas e imagéticas (re)criadas por alguns políticos brasileiros no decurso das décadas de 1870-80 por meio da divulgação de temas relativos ao passado nacional. A imprensa foi um meio que proporcionou a propagação de ideias e projetos políticos direcionados aos cidadãos comuns do Império brasileiro sem que fosse necessário para o entendimento de tais mensagens um alto grau de instrução. Os jornais brasileiros vinham num crescente ritmo de publicações desde o estabelecimento da primeira prensa oficial a ser instalada em território nacional, em 1808. Assim, já nas décadas finais do século XIX, a produção jornalística tinha se estabelecido como a principal forma de se difundir informações, curiosidades, cultura e, claro, assuntos políticos em território brasileiro.

¹ Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Muitos dos jornais existentes no século XIX eram assumidamente partidários, isto é, já na sua primeira página, junto ao nome do jornal havia uma epígrafe que informava a esse respeito, sem deixar qualquer dúvida de sua orientação ao leitor. Os periódicos por nós pesquisados se localizam em duas das principais cidades mineiras dos séculos XVIII e XIX, daí a importância desse lugar social, para sabermos de onde esses redatores falavam e para quem eles falavam. Ouro Preto e São João del-Rei foram polos econômicos, culturais, políticos e financeiros da Capitania e da Província de Minas Gerais, além de terem tido certo destaque nacional durante algum tempo, sendo interrompido por volta do início do século XX. Os jornais que pesquisamos não são de um partido político em particular, pois para que pudéssemos fazer uma comparação entre estas duas cidades, com a intenção de saber se os partidos políticos imperiais tinham uma coesão interna entre si, buscamos seis jornais, três de cada uma delas e basicamente dois jornais que representavam cada um dos partidos da época. Então, desses seis jornais dois são conservadores, três são liberais e um é republicano.²

E foi exatamente nesses jornais políticos que tentamos descobrir se houve uma tentativa de seus redatores, importantes membros dos partidos políticos, e demais correligionários, em lançar mão das imagens de alguns membros da Conjuração Mineira com fins políticos e ideológicos. Acreditamos que tal artifício se deu nas duas últimas décadas do regime monárquico porque este vinha há alguns anos em meio a crises diversas: de demandas por reformas eleitorais; relacionadas ao regime de trabalho servil; diplomáticas como na guerra contra o Paraguai; etc.

E a opção pelos membros de uma conspiração fracassada, como no caso da Conjuração Mineira, teria se dado por razões diversas: como o não derramamento de sangue em batalhas; pela posição social de destaque de muitos de seus membros; a expiação pela qual passou o conjurado considerado líder da conjura, Tiradentes, e a comoção causada por seu enforcamento; a associação das imagens de Tiradentes e Jesus Cristo; etc. Muitos outros movimentos acontecidos no correr dos séculos XVIII e XIX também produziram mártires que poderiam ter proporcionado ao panteão cívico-nacional uma série de heróis. Contudo, muitas dessas outras agitações não tiveram o

² Os seis jornais são: *O Arauto de Minas* (Conservador, 1877-89), *A Verdade Política* (Liberal, 1888-9) e *A Pátria Mineira* (Republicano, 1889-94), de São João del-Rei. *A Actualidade* (Liberal, 1878-81), *A Província de Minas* (Conservador, 1878-89) e *Liberal Mineiro* (Liberal, 1882-9), de Ouro Preto.

Eles podem ser encontrados microfilmados na biblioteca do *campus* Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei. Assim como digitalizados nos sítios eletrônicos do Arquivo Público Mineiro e da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional.

caráter ilustrado da Conjuração Mineira, cuja inspiração era a revolução ocorrida nas treze colônias inglesas e a liberdade decorrente de tal emancipação. Ademais, em algum momento, outras movimentações Brasil afora tiveram vias separatistas e ameaçaram a integridade do Império. E apesar de neste ponto faltar clareza entre os objetivos dos conjurados, convencionou-se creditar a eles a busca pela liberdade de todo o território nacional e não apenas de parte dele, porém não é nossa intenção demonstrar ou refutar tal situação.

Foi muito importante que constatássemos a presença do simbolismo inconfidente a partir da década de 1870 nos seis jornais mineiros. Ou seja, mais de uma década antes do início do regime republicano no Brasil, os partidos políticos empreenderam por meio de suas folhas uma série de reportagens e artigos onde as figuras dos inconfidentes eram associadas a exemplos de prosperidade do país, enfim, eram imagens que deveriam servir de inspiração para os brasileiros. Mas igualmente importante foi tomar conhecimento de que antes mesmo que os partidos políticos tivessem se lançado a investir em propaganda ideológica, tendo os conjurados mineiros como seus elementos mais significativos, alguns intelectuais da primeira metade do século XIX não deixaram de incluir a história da Conjuração Mineira, considerada de inspiração republicana, em livros de história do Brasil. Esses livros, uns chamados de compêndios e utilizados nas escolas do Império, servem-nos de evidências de que a oralidade e mesmo as fontes escritas referentes à Inconfidência não surgiram com o movimento republicano brasileiro nos anos 1870, e muito menos após o golpe republicano de 1889. O conhecimento desses livros nos proporcionou um entendimento de que a história e as lendas relativas aos conjurados mineiros e sua revolução malograda fizeram eco durante muitos anos no século XIX, sendo que muitos deles se fazem presentes até os dias atuais.

Queremos, por fim, deixar claro que há pesquisas sobre a Inconfidência que fazem menção à utilização de seus partícipes em períodos anteriores ao estabelecimento da República. Mas infelizmente ainda predomina no senso comum, e mesmo entre parte da historiografia, que a ideia de se manusear o simbolismo referente a Tiradentes se deu somente com a queda da Monarquia. E como não há trabalhos historiográficos que tenham analisado em conjunto a produção de livros de história no perpassar do século XIX, propusemo-nos a recuar nesta centúria e fazer um estudo em que fosse possível evidenciar a presença dos inconfidentes em período bastante recuado ao advento da República.

*

Por meio de um sobrevoo pela historiografia oitocentista brasileira, intentamos assinalar a presença dos inconfidentes em período bastante anterior ao estabelecimento da República. Esta presença se deu de modo que a história da Conjuração Mineira vinha sendo narrada e passada adiante desde o fim do setecentos e princípio do oitocentos. Muito provavelmente a narrativa utilizada por esses intelectuais estava de acordo com o contexto do século XIX, em que predominava uma narrativa tradicional pautada nos acontecimentos, um tanto quanto distante e despreocupada com uma análise das estruturas. Mas isso não deve ser visto com um estranhamento, pois tal perspectiva só viria a se delinear na historiografia com o século XX (BURKE, 1992).

Além disso, mesmo que parte do senso comum, aliada a alguns historiadores dos séculos XX e XXI pensassem que a imagética relativa aos conjurados mineiros fosse indubitavelmente um atributo do período republicano brasileiro, indicaremos a seguir alguns estudiosos que começaram a analisar os conjurados ainda no alvorecer do século XIX. A despeito desses intelectuais do período oitocentista se constituírem em número significativo, compondo com suas obras uma bibliografia expressiva, não tivemos êxito em encontrar algum trabalho historiográfico que os tenha abordado, que tenha feito uma análise em que se mostrasse a presença da história da Inconfidência em período muito anterior à queda da Monarquia, em 1889. Conquanto seja mais fácil para alguns argumentar que o simbolismo atrelado aos inconfidentes tenha existido apenas na fase republicana pelos vestígios atinentes à República estarem parcialmente mais vívidos que os da Monarquia; e que o momento imediatamente anterior à República e logo após seu estabelecimento tenha sido o propiciador do surgimento da figura de Tiradentes como um ícone de uma ideologia contrária ao governo vigente e que ajudaria a garantir a legitimidade do novo regime. Não há razão para crer que a imagem de Tiradentes e de outros conjurados, assim como da Conjuração Mineira foram um objeto exclusivo da época republicana e apenas de seus partidários.

Assim, a Conjuração Mineira foi um tema bastante recorrente na sociedade brasileira desde o início do século XIX. Porém, os primeiros escritos concernentes a este movimento setecentista surgiram ainda no final do século XVIII. Duas obras ainda pouco conhecidas atualmente e tratadas como fontes históricas foram escritas não muito tempo depois das execuções da sentença da alçada, no início de 1792. São elas: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta*

cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792, obra anônima; e *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*; muito provavelmente escrita pelo franciscano Raimundo de Penaforte.

Ademais, o malogrado levante mineiro despertou o interesse da parte de estudiosos que viam com interesse um movimento que envolveu segmentos variados da sociedade colonial brasileira, pois dele fizeram parte militares (de alta e baixa patente), contratadores, bacharéis, poetas e homens de negócios. Destacam-se entre esses autores que escreveram sobre a Conjuração Mineira: George Stauton (1797), Robert Southey (1810-19) e John Armitage (1836). Para não nos alongarmos em demasia e sendo- nos impossível a leitura de toda a bibliografia que cita a Conjuração Mineira, passamos ao autor que nos parece ser o mais significativo dentre estes três: Southey.

Dentre os primeiros autores a elaborar um livro que abordaria a história da colonização portuguesa na América, temos conhecimento de *História do Brasil*, obra escrita pelo britânico Robert Southey entre 1810 e 1819, em inglês, e totalmente traduzida para o português em 1862. Entretanto, Southey chamou a atenção no prefácio do livro ao dizer que sua obra foi a primeira a traçar de forma mais completa a história geral do Brasil, empresa antes realizada apenas por Sebastião da Rocha Pitta, com sua *America Portuguesa* e, ainda assim era uma “[...] obra magra e mal alinhavada, que so na falta de outra tem podido passar por valiosa []” (SOUTHEY, 1862, p. 3). Não obstante a tradução completa tenha se dado em 1862, o pequeno capítulo que tratou da sublevação mineira de 1788-9 foi traduzido pelo inconfidente José de Resende Costa, o filho, de volta do exílio no continente africano, a convite do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1842 (MILLIET, 2001).

A impressão passada por Southey no capítulo relativo à “conspiração de Minas Geraes” é de que as diferenças culturais entre os colonos portugueses e ingleses eram muito grandes e evidentes mesmo para os contemporâneos do setecentos, quase sempre desinformados pelas dificuldades de comunicação do período. Apesar de haver diferenças e especificidades culturais entre os americanos do norte e os do sul, Southey apontou o alferes Joaquim José da Silva Xavier como um indivíduo que, a despeito do entusiasmo demonstrado frente às novidades difundidas sobre as 13 colônias inglesas do norte da América, não percebia que as circunstâncias da Capitania de Minas Gerais eram outras. Não há uma explicação por parte do autor do livro sobre quais seriam as peculiaridades de cada uma das colônias, mas os hábitos de cada um dos povos que as

habitavam eram diferentes, sendo os ingleses mais acostumados a uma maior representatividade por suas câmaras e assembleias; enquanto que os colonos portugueses, ainda que tivessem uma representação importante por meio das Câmaras de vereança, viessem gradativamente perdendo essa representatividade com o fortalecimento dos governadores das Capitânicas e demais funcionários reais (PRADO JUNIOR, 1993).

Apesar da exiguidade do texto de Southey no que concerne à Conjuração Mineira, esse é um documento que proporciona ao historiador uma série de detalhes, alguns até tacitamente transmitidos pela formulação de ideias e afirmações. Desta feita, percebemos na escrita de Southey que ele tinha uma parcialidade bem definida ao tratar dos conjurados e de sua possível tentativa de levante. Em uma das passagens do texto, Southey destacou que mesmo que uma das propostas tão alardeadas pelos conjurados fosse a diminuição de impostos, o povo, ainda que insatisfeito, não estaria interessado em mais mudanças. Além do mais salientou que o governo era forte, vigilante e estava ciente dos discursos de alguns dos conjurados. Reforçou ainda o argumento do zelo do governo junto ao povo quando disse que após as denúncias feitas sobre os envolvidos na sublevação, estes eram vigiados de muito perto.

Em muitos trechos do capítulo foi dito que o objetivo principal da conjura mineira seria o de se estabelecer uma república em Minas Gerais. Southey não soube explicar as razões pelas quais tal república se delinearía apenas pelos limites do território mineiro, se era pela sua grande extensão ou se era pelos receios dos conjurados em proceder a tentativas de negociação com outras Capitânicas e então serem pegos. No entanto, disse que Tiradentes e Alvarenga eram dois entusiasmados pelos ideais republicanos. Os irmãos Carlos Correia de Toledo e Melo, pároco da vila de São José del-Rei, e Luiz Vaz de Toledo Piza, sargento-mór na vizinha vila de São João del-Rei, mesmo após serem avisados das prisões de alguns de seus companheiros ainda teriam tido interesse em deflagrar o movimento. Segundo a visão de Southey, o cabeça da revolução era o bacharel e poeta Tomás Antônio Gonzaga, embora este sempre tenha negado qualquer participação na conjura nos depoimentos feitos nas devassas. Carlos Correia de Toledo e Melo e Joaquim José da Silva Xavier também juraram a inocência de Gonzaga no movimento. E com o desenrolar dos interrogatórios na capital do vice-reinado, que duraram anos, Tiradentes chamou para si toda responsabilidade e culpa relativos à sedição mineira. Assim, considerado o autor do complô, Tiradentes e seus

companheiros de conspiração passaram a ser vistos como criminosos por Southey. E expôs que mesmo tendo demonstrado infidelidade como vassalos que eram da Coroa portuguesa, o governo português havia sido clemente, e era louvável que a rainha D. Maria I tivesse procedido ao perdão dos conjurados e comutado as penas de muitos deles em penas mais brandas, feita exceção apenas àquele que havia dado mais publicidade aos arranjos da revolta – Tiradentes.

Até aqui, como se viu, a bibliografia pertinente à Conjuração Mineira foi escrita por autores não brasileiros. Apesar disto não desmerecer as obras em si, foi significativo que os brasileiros tenham tido a iniciativa de tratar da história da Conjuração dentro de um aspecto mais amplo. Isto é, de tê-la estudado e inserido-a em um conjunto maior, o qual tratava da história do Brasil. De fato, já como uma forma de se escrever a história nacional, fosse ela subvencionada pelo Estado ou não, algumas sumidades do Império Brasileiro se debruçaram à tarefa de abordar a trajetória da recente “nação”. Para se ensinar a história pátria nas escolas, primárias e mesmo nas secundárias, utilizavam-se compêndios onde se faziam abordagens gerais, desde o “descobrimento” do Brasil até o momento em que eram escritos. Destes podemos citar o *Compêndio da História do Brasil*, escrito em 1843 pelo general J. I. de Abreu e Lima; o *Resumo da História do Brasil*, do professor Salvador Henrique D’Albuquerque, de 1848; e *Lições de História do Brasil*, escritas pelo professor Joaquim Manoel de Macedo em 1863. Além destes compêndios, destacamos também alguns livros de história, mas que não sabemos se eram utilizados nas escolas brasileiras de então: *História do Brasil*, escrito por Francisco Solano Constancio em 1839; *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil*, escrito por Agostinho Marques Perdigão Malheiro e editado em 1850; e ainda o tradicional livro de Francisco Adolpho de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, com sua primeira edição de 1857. Apesar da listagem dos autores e de suas obras logo acima, relacionamo-nos no decorrer do texto de acordo com sua diacronia.

Assim, o primeiro livro de um brasileiro que fez referência à Conjuração Mineira de que temos conhecimento foi escrito por Francisco Solano Constancio, em 1839, e intitulado *História do Brasil*. No décimo capítulo do segundo tomo de *História do Brasil* há um tópico cuja questão é a “Conspiração em Minas-Geraes”. No que diz respeito ao tema da Conjuração Mineira, a escrita de Constancio se mostrou um tanto quanto independente. Acreditamos que isso tenha se dado por seu livro ter sido escrito durante o período regencial, assim Constancio se apresentava menos adúlador, menos propenso

à defesa da monarquia. E inspirado, iniciou sua narrativa ao dizer que os jovens americanos oprimidos pelo despotismo monárquico e estimulados pela liberdade se inspiravam no sucesso da revolução das colônias inglesas da América setentrional e, portanto, visavam

[...] passar da escravidão a um governo livre. Assim pensou um antigo official de cavallaria de Minas-Geraes chamado Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o *Tiradentes*; formou o projecto de sacudir o jugo que pesava sobre o Brasil, e de o proclamar Republica independente []. (CONSTANCIO, 1839, p. 147; grifo do autor).

Apesar de ter cometido algumas incorreções quanto alguns períodos de governo, nomes e títulos nobiliárquicos, Constancio não se afastou do tema central da conspirata que se organizava em Minas Gerais em fins do setecentos. Para este autor, a principal causa do possível levante seria a vindoura cobrança de impostos atrasados e direitos reais. Em consonância com Constancio, os conspiradores já haviam decidido pelas armas e pelo mote que estamparia a bandeira da nova pátria independente. Em seguida teriam que contar com a declaração da derrama pelo governador, o visconde de Barbacena, e aí tentariam “[...] excitar o povo de Minas, aproveitando o descontentamento que reinava naquella capitania, em razão de se acharem os habitantes [...] alcançados em mais de setecentas arrobas de oiro que tinham pago de menos, pelo quinto []” (CONSTANCIO, 1839, p. 148).³ Como a cobrança não foi efetivada pelo governador, os conjurados se descuidaram e então Joaquim Silvério dos Reis, depois seguido por outros, delatou o movimento. Após a prisão, o longo tempo de confinamento nos segredos e masmorras, e do julgamento dos conjurados, a liderança da conspiração, segundo Constancio, foi atribuída ao alferes Tiradentes, o único que não mereceu a clemência da rainha portuguesa.

É interessante notar no texto de Constancio que ele o iniciou com ares revolucionários e o encerrou com um tom conciliador. Ademais ousou fazer uma conjectura acerca do sucesso ou não da conjuração, pois segundo ele, ainda “[...] que tivesse sido descoberta a conspiração he mui provavel que se teria mallogrado, porque o povo sim estava descontente, mas de maneira nenhuma disposto a se constituir em republica, e a se separar de Portugal []” (CONSTANCIO, 1839, p. 149).

Já dentro do período político denominado Segundo Reinado e, por isso, numa fase em que o país caminhava para a estabilidade política, o quinto capítulo do compêndio elaborado por J. I. de Abreu e Lima a respeito da história do Brasil versou sobre o

³ Mantivemos a ortografia original do texto.

“Projecto de revolução em Minas”. Em poucas linhas, é verdade, mas ainda assim foi importante constatar a presença do tema da Conjuração Mineira em um livro escolar do começo do Segundo Reinado. Abreu e Lima tratou da conjura mineira como sendo um movimento pioneiro na colônia americana na tentativa de independência frente à metrópole portuguesa. E além de ser um projeto de emancipação política, de acordo com o autor, a revolução mineira visava conduzir a Capitania de Minas Gerais à república como sistema de governo, o que seria uma clara imitação do que as treze colônias do norte da América haviam tentado.⁴

Entretanto, Abreu e Lima argumentou que, devido à topografia mineira, os envolvidos na empresa de libertar Minas Gerais do jugo português enviaram um dos seus à Capitania do Rio de Janeiro, o alferes dos Dragões, Joaquim José da Silva Xavier, com o intuito de conseguir apoio.⁵ Na sede do vice-reinado português na América, o alferes Silva Xavier se encontrou com um patrício seu, José Álvares Maciel, recém-chegado da Europa, onde havia estudado Filosofia Natural.⁶ Segundo Abreu e Lima, o

⁴ Sobre o termo revolução, que aparece em alguns textos referentes à Conjuração Mineira, acreditamos que fazia parte de uma conceituação, característica do século XIX e que denominava alguns acontecimentos humanos específicos de forma similar com o original termo astronômico de revolução, isto é, o movimento cíclico e irresistível dos astros celestes.

Não sabemos a orientação filosófica seguida pelos autores por nós abordados, mas os que lançaram mão do termo revolução para caracterizar a Conjuração poderiam ter a intenção de passar ao seu leitor que o movimento mineiro de 1788-9 não era uma restauração, um retorno a um antigo estado de coisas, como em geral era o intento de muitas sublevações do período colonial, uma volta a um período em que a liberdade era menos restrita. E é justamente a liberdade, como nos diz Arendt (1988), um dos aspectos que dá o tom de uma nova significação para revolução.

De acordo com Arendt nem todo movimento social visava modificar o *status quo*, pelo contrário, mesmo as revoluções na França, 1789, e na América do Norte, 1776, começaram como agitações que visavam trazer de volta do passado uma forma de governo, uma administração que proporcionasse às pessoas mais liberdade. E a liberdade requerida não era mais que a liberdade de locomoção, a liberdade como garantia de uma repressão injustificada.

Por falta de documentos deixados pelos próprios conjurados mineiros não sabemos se eles visavam a uma mudança tão significativa na capitania de Minas Gerais e que não teria paralelo em sua curta história, ou seja, que pensariam em um novo começo, uma *novus ordo saeculorum*, uma república. Contudo se sabe que alguns conjurados tinham o livro do Abade Raynal, que relatou os acontecimentos da revolução “Americana”, assim, talvez, e não podemos passar deste advérbio, os conjurados tenham percebido que uma história inteiramente nova, um recomeço, com suas possíveis leis, bandeira e armas fosse o desejado, e não um retorno ao período em que a metrópole portuguesa estava menos presente e onde as Câmaras tinham mais autonomia e representatividade.

E obviamente há grande chance de que os autores que usaram o termo *revolução* para tratar da Conjuração Mineira estivessem equivocados em sua utilização, tendo feito confusão de conceitos, já que nem toda insurreição pode ser caracterizada como uma revolução. Assim como nem todo movimento que se utiliza da violência, aceita como legítima por alguns autores modernos, é caracterizado como de cunho revolucionário.

⁵ Seria pelas dificuldades em se transpor as densas matas e as elevadas e imponentes serras? Seria pelo isolamento comercial que o relevo proporcionaria a um futuro governo independente da capitania? Mas a dificuldade de se chegar à Minas também não seria uma vantagem ao defende-la das investidas dos portugueses? O autor foi evasivo quanto sua afirmação, não tendo explicado sua visão.

⁶ Abreu e Lima se confundiu em dois pontos: disse que o sobrenome do estudante mineiro era Alves, e não Álvares; e engano maior foi ter pensado que o jovem Maciel fora o estudante que escreveu e se encontrou com o plenipotenciário dos Estados Unidos da América na França, Tomas Jefferson, quando na realidade quem o fez foi o também estudante José Joaquim da Maia, que não era mineiro mas fluminense.

encontro e as práticas tidas entre os dois mineiros a respeito de uma provável independência mineira com o apoio da França, e talvez, de outras potências estrangeiras foram suficientes para o alferes acreditar que o sucesso da sublevação era viável. De volta a Vila Rica, Tiradentes teria convencido os outros conjurados de que o sucesso de sua missão no Rio estaria garantido, e como no caso dos anglo-americanos e a taxa extra, empreendida pelos ingleses, um pretexto para a tomada de poder seria a cobrança dos muitos impostos atrasados em Minas: a derrama. Este seria o sinal de que precisavam para que o conjurado, tenente-coronel dos Dragões, Francisco de Paula Freire de Andrade conclamasse sua tropa e o povo a expulsar o governador Barbacena do território mineiro e dar vivas à república.

Abreu e Lima disse ainda que o também conjurado Joaquim Silvério dos Reis delatou seus companheiros ao governador Barbacena, que em seguida transmitiu ao vice-rei, conde de Resende, as denúncias relativas aos planos que se tramavam em Minas Gerais. O autor comentou ainda que após as prisões empreendidas pelo vice-rei, e que se deram sem resistência, de todos os envolvidos, o alferes Joaquim José da Silva Xavier foi julgado chefe da conspiração e, com alguns outros, condenado à forca. Porém, uma carta régia enviada aos juízes da alçada comutou a pena de morte de todos os conspiradores em degredo, exceto a de Tiradentes. Abreu e Lima observou que na prisão em que aguardavam o julgamento e a condenação, doravante transformada em Câmara, alguns conjurados lá voltariam, mas com o intuito de elaborarem a Constituição do Império Brasileiro, em 1823. E ao finalizar seu texto referente à Conjuração Mineira, discorreu que “[...] Assim se malogrou o insensato projecto de uma sociedade, que mantinha no proprio seio o germen de sua destruição” (ABREU E LIMA, 1843, p. 164). Com esta frase acreditamos que Abreu e Lima se sentia aliviado de a conspiração mineira não ter logrado êxito, pois se os conjurados tivessem conseguido levar adiante um plano em que a Capitania de Minas Gerais se desligaria do restante da colônia para se tornar uma república independente, em 1843, ano em que Abreu e Lima publicou seu compêndio, o Brasil poderia não ter a mesma integridade territorial que apresentava naquele início de decênio. Isto é, apesar de não demonstrar constrangimento ao escrever que o primeiro movimento independentista da colônia portuguesa na América tinha muita influência republicana, expressou preocupação de o Brasil ter sido fragmentado, como nossos vizinhos hispânicos foram. E advertiu ainda sobre a insensatez de tal projeto.

Coincidente em muitos pontos, detalhes e até em escrita com o livro de Abreu e Lima, Salvador Henrique D'Albuquerque, um professor público, editou no ano de 1848 um livro de instrução primária no qual continha a história de seu país: *Resumo da História do Brasil*. No capítulo cinco deste compêndio, D'Albuquerque teceu algumas linhas concernentes à Conjuração Mineira. De fato a similitude dos livros destes dois contemporâneos, ao menos no que toca ao capítulo dedicado ao motim mineiro é tamanha que até mesmo os títulos deles são iguais, sendo que no livro de D'Albuquerque o "Projecto de revolução em Minas" também nomeia seu capítulo. Não cremos que o livro de D'Albuquerque seja uma cópia explícita do livro de Abreu e Lima, mas que a obra deste tenha sido a inspiradora e, talvez, umas das poucas fontes a que o professor tenha tido acesso na elaboração de seu compêndio.

No início do item XI do capítulo cinco, D'Albuquerque atribuiu à Conjuração Mineira o caráter de ser o primeiro movimento pró-independência entre nós brasileiros:

[] um facto notavel por ser o primeiro que revelou assomos de independecia, veio occupar todos os espiritos.

Uma conspiração com o fito de declarar independente a Provincia de Minas, sob um governo republicano á imitação do da America ingleza se tramava [...] (D'ALBUQUERQUE, 1848, p. 224).

Como no livro de Abreu e Lima, D'Albuquerque abordou o relevo mineiro como um aspecto bem particular da Capitania de Minas Gerais, no entanto, este soube dar contornos um pouco mais claros que o primeiro ao tratar da topografia. D'Albuquerque disse que as condições topográficas mineiras dificultariam o triunfo da revolução e que por isto o alferes Silva Xavier havia sido enviado à Capitania vizinha do Rio de Janeiro, a fim de tentar angariar simpatizantes da causa mineira. Com isso, entendemos que apesar de os colonos mineiros poderem ter mais facilidade de resistência contra os portugueses no caso de o levante ter ido adiante, já que o terreno montanhoso propiciaria aos habitantes da Capitania uma defesa vantajosa, assim como ataques e emboscadas; os mesmos colonos poderiam ficar isolados do resto do mundo, tanto comercialmente quanto no caso de precisarem de ajuda militar externa, como aventava José Álvares Maciel. Assim, cremos que tanto Abreu e Lima quanto D'Albuquerque acreditavam que do ponto de vista estratégico, os mineiros precisariam que os fluminenses estivessem juntos a eles para que o projeto de independência desse certo.

D'Albuquerque discorreu ainda sobre a crença de alguns dos conjurados na comunhão de interesses com os fluminenses e sobre um possível entusiasmo pela ruptura com a metrópole: "[...] então soltarião vivas a – republica, e uma proclamação

faria ver o povo que ficava desonerado de todos os impostos. O Governador seria preso, ou assassinado em caso de resistência []” (D’ALBUQUERQUE, 1848, p. 225-6). Seguindo no texto, D’Albuquerque apontou a delação feita por Joaquim Silvério dos Reis ao governador Barbacena, e que este comunicara tudo ao vice-rei. O conde de Resende, por seu lado, procedeu então às prisões dos envolvidos na trama e Tiradentes foi considerado o seu mentor. D’Albuquerque apontou a benevolência do governo português ao ter, por meio de carta da rainha D. Maria I, convertido as penas de morte de alguns dos conjurados em degredo perpétuo. Por outro lado disse que juntamente com a expiação de Tiradentes, na forca iriam também “[...] o delírio de todos os rebeldes” (D’ALBUQUERQUE, 1848, p. 226).

Ademais, ao finalizar o tema que debatia sobre a Conjuração Mineira, D’Albuquerque foi enfático ao sinalizar que esta conjura foi um movimento autodestrutivo. Na frase em que isso é indicado achamos ser possível crer que, como Abreu e Lima, D’Albuquerque analisou tal conjuração como um partido que desintegraria a colônia portuguesa em muitos Estados independentes. Esta visão um tanto quanto negativa da malograda revolução mineira talvez refletisse um receio por parte do autor, relativamente à fase pela qual o Brasil acabara de passar do temor da desintegração do território brasileiro, haja em vista os movimentos que ameaçaram com o separatismo durante o período regencial e o início do Segundo Reinado. Como assinalou Caio Prado, agitações como a revolução Praieira, em Pernambuco, e a Balaiada, no Maranhão, foram movimentos que mesmo tendo apresentado alta radicalidade e uma ampla participação de segmentos subalternos da sociedade não chegaram às vias separatistas. Entretanto alguns outros, como a revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Cabanagem, no Pará, chegaram mesmo a proclamar seus territórios como Estados republicanos e desligados do Império (PRADO JUNIOR, 1993).

Outro livro que contém comentários acerca da revolta dos mineiros de 1788-9 foi editado em 1850 por Agostinho Marques Perdigão Malheiro e tem por título *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil*. No terceiro capítulo deste livro há um tópico – Reinado de D. Maria I; 1777 a 1792 – em que sucintamente o autor citou alguns aspectos da Conjuração Mineira. Nele, Malheiro descreveu a Conjuração como uma conspiração que erigiria a Capitania de Minas Gerais em república. Além disso, descreveu o conjurado Joaquim Silvério dos Reis, o principal delator do movimento, como sendo um infame pela denúncia de seus companheiros ao visconde de Barbacena,

governador da Capitania. Malheiro disse ainda que Joaquim José da Silva Xavier foi qualificado como o líder da revolução e que por isso foi enforcado. Além do mais, o autor discorreu brevemente sobre as mudanças nas penas de alguns dos conjurados, passando da pena capital ao exílio em terras africanas. Destacou também a participação na conjura do “celebre” poeta Gonzaga. Chama-nos a atenção que o conjurado claramente mal visto por Malheiro foi o principal traidor da revolução, Reis, enquanto que Gonzaga foi ligeiramente louvado. Demais, este pequeno texto de Malheiro é marcado por demarcações cronológicas, como o destacamento da tomada de posse do vice-rei D. José de Castro, conde de Resende; e pelo afastamento do governo por problemas de saúde da rainha D. Maria I (MALHEIRO, 1850).

Mais um livro elaborado para narrar a história nacional foi escrito e teve sua primeira edição lançada em 1857 por Francisco Adolpho de Varnhagen. No segundo tomo da sua *História Geral do Brasil*, a lição ou capítulo XLVII abordou a “Primeira conjuração em favor da independência do Brasil” (VARNHAGEN, 1857). E de acordo com Varnhagen, o êxito da revolução dos colonos ingleses da América do norte disseminaria o ânimo e a busca por liberdade em várias outras colônias americanas, senão em todos os colonos ao menos nos que tinham um maior grau de instrução. Como veremos a seguir também na descrição do compêndio de Joaquim Manoel de Macedo, em que foi feita alusão aos 12 estudantes brasileiros reunidos na Europa com o fito de tornar sua pátria livre de Portugal, Varnhagen descreveu as aspirações desses jovens americanos que pensavam na independência de sua pátria pelos idos de 1786 e, claramente inspirados pelos americanos do norte. As menções a esses universitários quase sempre leva ao episódio do encontro do fluminense José Joaquim da Maia com o embaixador dos Estados Unidos da América na França, Tomas Jefferson, em Nimes, para se discutir uma possível ajuda dos Estados Unidos na independência brasileira. O texto de Varnhagen seguiu essa linha, e igualmente como fez Macedo, atribuiu os contatos de Maia com outros dois brasileiros, o também fluminense José Mariano Leal e o mineiro Domingos Vidal Barbosa, à tentativa de uma sublevação em Minas Gerais e no Rio de Janeiro que redundaria na Conjuração Mineira de 1788-9.

O retorno de Barbosa a Minas Gerais coincidiu com a chegada de José Álvares Maciel ao Rio de Janeiro, outro mineiro que talvez tenha feito parte dos “doze”. Conforme Varnhagen, quando Barbosa chegou a Minas, o que ele encontrou foi uma situação de desgoverno, onde o governador Luiz da Cunha e Menezes vexava e insultava

o povo mineiro com sua forma arbitrária de administrar. Maciel havia concluído o curso de filosofia em Coimbra⁷ e ainda residido por um ano e meio na Inglaterra, onde aprendeu técnicas de manufaturas e, provavelmente, da produção de pólvora. Ambas as habilidades foram recomendadas ao governador Barbacena, mas também seriam utilíssimas quando a Capitania de Maciel, ou talvez toda a colônia, conseguisse a independência.

[] Temos por natural que a chegada destes dois Brasileiros alentou e fixou os projectos de sublevação, que existiriam ja na provincia. Os que mais se comprometteram foram o poeta, coronel do primeiro regimento d'auxiliares da Campanha do Rio-Verde, Ignacio José de Alvarenga Peixoto, ouvidor que fôra no Rio das Mortes; o qual se dedicou, durante mais dois annos, a redigir as leis e ordens que deveriam logo promulgar. Entre estas sabemos que se contava a da fundação de uma universidade em Villa Rica, e a mudança da capital para S. João d'El rei. Assim a esta conjuração se deve a primeira proposta dos dois grandes pensamentos, que ainda por ventura algum dia realizará o imperio brasileiro [] (VARNHAGEN, 1857, p. 272).

Alvarenga Peixoto havia sugerido ainda a divisa que figuraria na bandeira da nova pátria independente – *Libertas quae sera tamen*. Percebe-se no correr do texto que Varnhagen considerava Alvarenga Peixoto, talvez por seus ofícios de poeta e de bacharel, como um dos maiores vultos entre os conspiradores.

Varnhagen traçou algumas características de parte dos conjurados; tratou da ida de Tiradentes ao Rio com a intenção de sondar os ânimos dos fluminenses a participarem da conjura mineira, e de comprar armas; e falou da primeira delação, a de Silvério dos Reis. É digno de nota que mencionemos o fato de o autor respaldar sua narrativa, ao menos parte dela, em fontes históricas, como as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a carta enviada pelo governador Barbacena às Câmaras Municipais de Minas Gerais, em que suspendia temporariamente a execução da derrama. Portanto, era um trabalho não apenas com a narrativa dos acontecimentos que fizeram parte da história do Brasil, mas era de fato um trabalho, ao menos no que tange ao capítulo, historiográfico.

Além do mais, Varnhagen comentou o efeito que a carta enviada às Câmaras provocou nos conjurados, tendo-os esmorecido por verem que a grande oportunidade do levante se perdia, uma vez que sem a decretação da derrama o povo dificilmente se rebelaria contra o governo. Expôs como e em quais circunstâncias se deram as prisões dos envolvidos na conspiração e demonstrou não acreditar no desconhecimento do desembargador Gonzaga quanto aos fatos atinentes à trama que então se concertava.

⁷ Já tendo sido contraposto com outras leituras, Maciel se formou em filosofia natural, o que hoje talvez se aproximasse do curso de Química, do de Ciências Biológicas ou de uma correlação de ambos.

Muito provavelmente por escrever em um período em que não havia contestações à monarquia brasileira, ou se havia eram mui diminutas, o capítulo de Varnhagen dedicado à história da Conjuração Mineira é muito mais elogioso e favorável à rainha portuguesa D. Maria I e, portanto, ao governo português que aos conjurados. Some-se a isso o fato de o livro ter sido dedicado ao monarca brasileiro, o Imperador D. Pedro II. Assim, ao tratar da sentença proferida pela alçada e da condenação de alguns dos conjurados à morte, Varnhagen abriu mão de lastimar, ou quem sabe, censurar a morte e o posterior esquartejamento de um dos envolvidos, Tiradentes, para exaltar a rainha ao ter suavizado as penas dos demais:

[] Felizmente não tinha de executar-se tão dura sentença. Occupava o throno uma piedosa rainha, que havia com tempo prevenido contra a severidade do codigo criminal do paiz, o livro quinto das *Ordenações Filipinas*. Por carta régia, de 15 de outubro de 1790, dirigida ao chanceller, juiz da alçada, fôra ordenado que aos proprios chefes da conjuração a pena ficasse limitada ao degredo, excepto quando fosse isso absolutamente impossivel, pela atrocidade e escandalosa publicidade de seu crime [...] Este só acto da boa alma da primeira testa coroada, que veiu em pessoa com o diadema ao novo mundo, fará todos os Brasileiros bemdizer a memória desta inclita [rainha]” (VARNHAGEN, 1857, p. 278; grifos do autor).

Não bastassem os panegíricos à rainha portuguesa, Varnhagen ainda se mostrou insensível quanto à figura de Tiradentes, chamando-o de insignificante e indiscreto. Do mesmo modo disse que o “[...] martyrio do patibulo conferiu ao alferes Silva Xavier meritos que ele não tinha, atribuindo-se-lhe [...] a glória da primeira tentativa pela independencia do Brazil”. Varnhagen foi além, sendo até ofensivo à memória de Tiradentes, ao ter dito que a independência brasileira “foi obra de muitos patricios illustres, e de varios individuos de letras e de sciencias []” (VARNHAGEN, 1857, p. 280). Por outro lado lamentou que até o momento da escrita de seu livro nenhum patriota havia trazido para o Brasil os restos mortais daqueles conjurados que morreram no exílio. Isto é, Varnhagen dava certo valor aos conjurados desterrados, os quais em sua maioria eram da aristocracia colonial, além de serem homens de letras; e maldizia Silva Xavier, um suboficial dos Dragões de Minas com pouca instrução, que aparentemente pregava a insubmissão à Coroa portuguesa e louvava a liberdade dos anglo-americanos e dos franceses.

Pouco antes de encerrar seu capítulo Varnhagen fez algumas conjecturas caso o levante mineiro tivesse tido prosseguimento. Na análise em que fez uma guerra civil teria tido espaço na Capitania. Não obstante, os mineiros teriam ficado isolados, pois os paulistas parecem não ter sido ouvidos quanto à sua hipotética participação na revolução, e os fluminenses contavam com uma vigilância muito grande da metrópole

para poderem se arriscar. Mas se mesmo assim os mineiros, aliados com os fluminenses ou não, fossem avante em seu projeto republicano, o vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza poderia ter se refugiado em Santa Catarina ou em Rio Grande [do Sul], e daí atacado os revoltosos a partir de duas frentes: por São Paulo e Pernambuco, além de bloquear o porto do Rio de Janeiro, o que impediria a chegada de ajuda militar estrangeira.

Por fim, concluiu seu texto ao refletir que Minas Gerais, isolada enquanto república dentro de um território governado por uma monarquia não teria tido condições de prosperar. E que a Providência havia feito com que o Brasil tivesse tido um melhor destino que a vizinha colônia espanhola, esfacelada em muitas e pequenas repúblicas, que diferente do Brasil não tinham tantas liberdades nem respeito internacional enquanto nações.

Todavia, alguns anos mais tarde foi lançada a segunda edição do livro de Varnhagen.⁸ Esta edição, apontada na página de rosto como aumentada e melhorada pelo autor, apresentou algumas diferenças no capítulo que diz respeito aos conjurados de Minas Gerais, em relação à edição anterior. Não obstante, o autor disse que sua nova visão dos acontecimentos não o colocava em contradição com o mesmo capítulo da primeira edição. Para se justificar, Varnhagen deu a entender que quando escreveu a edição passada de seu livro, apesar de a tradição oral relativa à Conjuração Mineira ainda ser um lugar-comum, teria optado por consultar apenas as fontes oficiais para sua escrita.

Vejamos então uns exemplos de variações nos textos. A primeira delas já começou pelo título, mais comedido, “Idéas e conloios em favor da independencia em Minas”. Além disso Varnhagen fez algumas correções, como denominar o coimbrão recém-chegado a Minas, José Álvares Maciel, de forma correta.⁹ Na edição anterior o conjurado mais exaltado foi Alvarenga Peixoto, o qual na edição atual teve diminuta atenção, sendo mostrado que era um homem com alguns receios. Na medida em que Gonzaga passou a ocupar o mais alto patamar entre os mineiros, na visão de Varnhagen o desembargador e poeta não teve qualquer participação na conspirata, e em todo o texto tentou expor a sua inocência. Ainda quanto às mudanças tratou o alferes Silva Xavier como o maior vulto da rebelião mineira “[...] pelo seu grande entusiasmo, pela

⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil, antes da sua separação e independencia de Portugal*. Tomo II. 2.^a ed., Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, **não há data**.

⁹ Na 1.^a edição o nome deste conjurado é descrito incorretamente, alterando-se o sobrenome Álvares por Alves.

sua muita expansão e indiscrição, e, a final, até pelo seu martyrio [...]” (VARNHAGEN, 2.^a ed., p. 1.019). Dizia ainda que no auge do entusiasmo Tiradentes tinha impulsos de patriotismo e de ambição.

Sobre o movimento mineiro em si Varnhagen parece ter desacreditado em seu caráter emancipatório, e parece mesmo duvidar de que a Conjuração Mineira tenha sido um movimento estabelecido. Assim, sobre o levante e a figura de Tiradentes nos disse o autor:

[...] Pelo que respeita á sua heroica empreza, não a denominaremos *conjuração*. Custa-nos até o dar-lhe o nome de conspiração; embora concedamos que fosse elle verdadeiro conspirador. Não houve, porém, *conjurados* ou conspiradores ajuramentados em regra; não foi a resolução precedida de conciliabulos tenebrosos [...] as reuniões faziam-se quasi a portas e janellas abertas, sendo apenas o assumpto, que servia nellas de thema, conversação reservada, interrompida com a entrada de qualquer profano [...] Assim succedeu até na unica reunião, em casa do tenente-coronel Andrada, em fins de 1788 ou principios de 1789, que teve um pouco mais apparencia do verdadeiro conventiculo ou conloio; e na qual se cruzaram e ventilaram mais fixamente algumas especies revolucionarias [] (VARNHAGEN, 2.^a ed., p. 1.024).

Concernente a outros pontos que tocava ao levante: como as sugestões de Tiradentes e Alvarenga Peixoto sobre a bandeira; a necessidade de esperar o povo se manifestar contrariamente à derrama e aí, com o auxílio da cavalaria derrubar Barbacena e conclamar um novo governo; o destino do governador após a deposição; Varnhagen tratou tudo isso como hipotético. E que somente o alferes Tiradentes havia levado a sério o negócio, tornando-se por isso o líder da possível empreitada.

O que nos chama bastante atenção neste segundo texto de Varnhagen foi que apesar dele ter tentado diminuir o alcance e mesmo o status da Conjuração Mineira enquanto um movimento constituído que buscava a emancipação – e aqui não importa se seria a de Minas ou a do Brasil – ele não pôde escapar a alguns pontos que o punham em contradição com a ideia que queria transmitir. Podemos supor que quando Varnhagen escreveu sua segunda edição de *História Geral do Brasil*, o movimento republicano estivesse em ascensão em algumas partes do Brasil, especialmente na Corte. E que as negativas em seu texto ao não querer classificar a Inconfidência como motim, levante, revolução ou afins deveria refletir o momento de crise que a Monarquia começava a experimentar, isto é, a partir da década de 1860. Assim, se o contexto de Varnhagen para a publicação da segunda edição de seu livro fosse o do crescimento, ainda que tímido, do número de republicanos e o da falta de coesão entre os monarquistas desde, principalmente o fim do Gabinete do marques de Paraná, havia ainda um agravante. Percebemos que a imagem do alferes Silva Xavier já se fazia

presente entre alguns seguimentos da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, e talvez este símbolo republicano incomodasse a monarquistas como Varnhagen. Vemos essa presença da imagem de Tiradentes em algumas linhas de seu texto quando foi citada a sentença da Alçada, lida a todos os conjurados; e também quando os comunicou da carta régia que comutava as penas capitais de todos, exceto a de Silva Xavier, considerado propagandista e o líder da conjura. Tiradentes teria ouvido com serenidade a conversão das penas dos seus sócios e “[...] Por esta forma ele se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa e *as glórias do martírio que hoje lhe confere a posteridade []*” (VARNHAGEN, 2.^a ed., p. 1.034; grifo nosso).

Ainda atinente aos compêndios de história do Brasil, e em cujos índices se faz presente a história da Conjuração Mineira, o professor e romancista Joaquim Manoel de Macedo escreveu um livro de instrução escolar em que relatou a trajetória da colônia portuguesa na América, o Brasil. Todavia, ao elaborar em 1863 suas *Lições de História do Brasil*, Macedo apresentou uma visão bastante diferente da de seus antecessores no que refere ao episódio da Conjuração Mineira. Percebamos então como a lição de número XVII de seu livro tratou de forma um tanto quanto distinta, se a analisarmos defronte todos os textos que vimos até aqui, a conjura que se tramou em Minas Gerais nos anos finais da década de 1780.¹⁰

Macedo discorreu nessa lição de seu livro sobre o impacto que haveria de ter, na América portuguesa, dos acontecimentos ocorridos nas treze colônias inglesas da América do Norte, isto é, sua independência. Segundo Macedo havia muito que alguns estadistas portugueses vislumbravam a mudança da corte portuguesa para a América com o intuito de se concretizar o ideal de um grande império lusitano. Macedo fez constar em seu texto que na década de 1780 o embaixador espanhol na França, o conde de Aranda, indicava a transferência da Coroa portuguesa para a América e a anexação de Portugal pela Espanha, numa troca pelos territórios do Peru e do Chile. Na visão de Aranda tal negociação seria vantajosa para espanhóis e portugueses, pois os fatores que inspiraram a emancipação das treze colônias inglesas chegariam, cedo ou tarde, às colônias ibéricas em todo território americano.

De acordo com Macedo, o desenvolvimento da colônia portuguesa na América, em termos civilizatórios, ainda era muito aquém do que se via no recém-fundado país, os

¹⁰ O título do capítulo (lição): “Primeiras idéas de independencia do Brasil: conspiração mallograda em Minas Geraes. O Tiradentes – 1786-1792”.

Estados Unidos da América. Porém, já no último quartel do século XVIII era perceptível nas artes e nas letras uma inclinação ao brasileirismo.

[...] Esta tendencia, e, póde-se dizer, ostentação de brasileirismo apresentava como primeiro resultado a independencia na litteratura e nas artes; mas trazia por isso mesmo a idéa de uma nacionalidade que sómente á independencia politica era dado realizar; os poetas e os artistas pois, sem o pensar talvez, trabalhavam já na obra magestosa da regeneração do Brasil [] (MACEDO, 1863, p. 217-8).

Mas além desses artistas, Macedo deu importância também aos jovens colonos que tiveram condições de ir estudar nas universidades de Coimbra e de Montpellier. Segundo o autor, um grupo de 12 estudantes “brasileiros” dessas universidades, se reunia com o propósito de planejarem a independência de sua pátria em relação à metrópole portuguesa. Dentre esses estudantes estava o fluminense José Joaquim da Maia, o qual se correspondeu e conversou com o embaixador estadunidense na França, Tomas Jefferson; e o mineiro Domingos Vidal Barbosa. O primeiro estudante morreu em Lisboa antes de conseguir retornar ao Rio de Janeiro, no entanto Barbosa e um patricio seu, José Álvares Maciel,¹¹ retornaram ao Brasil no momento em que se tramava uma provável aliança entre mineiros e fluminenses contra a metrópole (MACEDO, 1863, p. 220).

Além de Macedo ser muito detalhista em sua narração, seu posicionamento diferiu do de seus predecessores porque ele tratou, em diversos momentos do texto, os conjurados mineiros como sendo ilustres, intrépidos, generosos e corajosos. Não obstante Macedo demonstrasse respeito pela figura da rainha D. Maria I ao longo de sua escrita, ele não deixou que essa consideração pelo governo português obscurecesse os personagens da conspiração mineira. E é justamente nesse ponto que Macedo mais destoou dos outros autores, já que conseguiu fazer uma análise em que foi respeitoso com o governo português, o que implicitamente mostrava sua fidelidade ao regime monárquico, e de certa forma enalteceu os conjurados sem precisar se expor aos riscos de ser acusado de republicano.

Relativamente aos participantes da conspiração e de sua distribuição naquela sociedade, Macedo dizia que eram “[...] entre outros homens distintos por carater, ilustração e posição social [...]” (MACEDO, 1863, p. 221); e que dos principais líderes da conspiração, um dos menos importantes, Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, foi considerado nas duas devassas, e pela alçada, como o principal membro. Tiradentes e

¹¹ Como outros escritores do período, Macedo também se confundiu e denominou este mineiro de forma incorreta, tratando-o por José Alves Maciel.

outros companheiros de sedição foram condenados pela alçada à pena máxima, a força. Todavia Macedo apontou que tais penas só foram aplicadas em decorrência das leis do período, e não por arbitrariedade portuguesa, e que mesmo com o rigor das leis, a rainha portuguesa foi louvável por ter alternado a pena de morte de muitos dos envolvidos na conjura em desterro. A única exceção seria feita e, portanto, mantida a execução em patíbulo “[...] ao infeliz alferes Joaquim José da Silva Xavier, que foi considerado no caso *de chefe da conspiração, e criminoso imperdoavel pela atrocidade e escandalosa publicidade de horrivel attentado [...]*” (MACEDO, 1863, p. 225; grifo do autor).

Macedo alegou que o sucesso da Conjuração Mineira era real, contudo temeroso, visto que a independência de Minas Gerais e talvez, juntamente, do Rio de Janeiro, poderia redundar no esfacelamento do território que viria, em poucos anos, a ser o Brasil. E que a república a ser instalada nessa região destoaria da tradição e tendência do povo que habitava toda a colônia portuguesa na América.

Porém Macedo foi além em sua interpretação dos fatos e viu uma relação entre o movimento mineiro de 1788-9 e a independência brasileira, em 1822. Segundo ele a revolução mineira era inoportuna, visto que uma república em Minas Gerais, e quando muito no Rio de Janeiro poderia ameaçar com o separatismo a divisão em muitos Estados da porção portuguesa na América. Mas para Macedo, os inconfidentes,

[] esses primeiros martyres da nobre causa que alcançou victoria trinta anos mais tarde, forão os precusores dos heróes do Ypiranga, e tem direito a uma parte dos louros que cingirão as fronte dos vencedores de 1822, e a gratidão e a benção de todos os brasileiros.
Os nomes d’essas victimas gloriosas ficarão para sempre gravados nos corações dos seus patricios [] (MACEDO, 1863, p. 226).

Neste trecho vemos dois importantes apontamentos. O primeiro deles foi a forma como Macedo denominou os conjurados, tratando-os por mártires e vítimas. Ao caracterizá-los deste modo o autor mostrou que era possível conciliar a história de um movimento republicano com as características *sui generis* do Brasil, um país monarquista na América. Assim não era preciso matizar a Conjuração Mineira de acordo com os interesses do regime para que ela fosse abordada pelos livros de história. Seguidamente Macedo tocou em outra questão que merece destaque, a relação entre a Inconfidência e a Independência, o qual, dos seis autores até aqui elencados foi o único que fez menção a este ponto. E isso é algo bem relevante, pois mesmo sendo monarquista e vivendo sob uma monarquia, ele pôde fazer tal correlação, associar um movimento de inspiração republicana com a Independência brasileira.

Para finalizar seu texto concernente à Conjuração, Macedo ratificou que as barbaridades que acometeram os mineiros revoltosos de 1789 só ocorreram em decorrência da crueldade e iniquidade da legislação vigente na época. E apesar de que nos tenha parecido que Macedo tinha bastante empatia pelos conjurados por terem sido os primeiros a almejar a emancipação política, uma vez mais saudou a rainha D. Maria I pela louvável e piedosa atitude de abrandar as penas da maioria dos conjurados.

*

Além dessa discussão, apesar de não ser nossa intenção tratar de temas relacionados com a literatura, nós não podemos ser negligentes e deixar passar despercebido que esta disciplina também deu enfoque a alguns dos conjurados. Vamos assim, expor alguns pontos e passagens, mas somente como forma de ilustrar a presença da Conjuração Mineira entre alguns literatos oitocentistas.

Embora a temática concernente à Conjuração Mineira, mais especificamente ligada a alguns de seus participantes, tenha estado presente nas obras de alguns literatos atuantes no século XIX, nenhum deles deu a Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, contornos de herói. De acordo com Milliet, a Conjuração teria sido tratada com descaso pela literatura oitocentista brasileira, sendo Antônio Frederico de Castro Alves uma das poucas exceções. Contudo se assinalou que *Gonzaga e a Conjuração de Minas* não teve o mesmo brilhantismo das suas poesias de cunho abolicionista, como *O navio negreiro* e *Vozes d'África* (MILLIET, 2001).

Ainda segundo Milliet, o romantismo poderia ter proporcionado uma boa literatura de cunho nacional a partir da Inconfidência se esta tivesse sido enxergada como um movimento cujas nuanças fossem nacionais, nativistas. Isto é, se a agitação mineira de fins do século XVIII conseguisse ensejar um aspecto antimetropolitano e com as cores que delineariam a formação nacional. No entanto, o romantismo brasileiro da primeira metade do oitocentos foi focado na direção da imagem do indígena e, por conseguinte, foi desenvolvido um movimento que estabelecia a formação da nação brasileira oriunda da imbricação de portugueses e nativos brasileiros. A este movimento se deveu o nome de indianismo, cujos expoentes Gonçalves Dias e José de Alencar tiveram o apoio do jovem monarca D. Pedro II, interessado na consolidação de uma cultura nacional e no estabelecimento de uma literatura nacionalista (MILLIET, 2001, p. 60-2).

Além disso, do ponto de vista histórico seria interessante que a literatura fosse capaz de captar o ponto mais remoto da nova nação, não como uma prova histórica, que disso a História deveria tratar, mas dos aspectos míticos dessa nova nação. E por isso

[...] no romance histórico, o passado colonial ressurgiu como lastro ancestral sobre o qual se alicerça a nacionalidade. Do fundo do tempo vem o índio, entidade mítica [...] Desse projeto o Estado é o mentor [...] a transição do estatuto colonial para o de nação independente se dera sem graves conturbações graças à compreensão de Portugal, que teria aceitado e até, em certa medida, incentivado a autonomia da Colônia. A Inconfidência e outros movimentos emancipacionistas antagônicos ao poder constituído não passariam de agentes da desordem: intentaram romper o *continuum* presidido pelo Estado movidos por idéias exteriores ao nosso contexto; prematuros no tempo, puseram em risco a unidade do país. Eis por que os primeiros românticos identificados com a ideologia oficial não podem ver em Tiradentes o herói; muito ao contrário justificam sua condenação à luz da razão do Estado [] (MILLIET, 2001, p. 62-3).

Entretanto, Serelle apresentou alguns aspectos discordantes de Milliet, principalmente no que toca ao sub aproveitamento dos membros da Inconfidência Mineira por literatos do início do oitocentos. Apesar de vermos no texto de Serelle que na primeira metade do século XIX já havia bastante material que versava sobre a Conjuração Mineira foi com o início do Segundo Reinado que mais se procedeu a publicações referentes aos conjurados mineiros.¹² A começar pelo movimento literário denominado Romantismo, por meio do qual alguns literatos usaram seus talentos para tratarem desse assunto, que poderia ser bastante espinhoso à Monarquia, e especialmente se tratasse de Tiradentes. O primeiro literato a relacionar um escrito seu à Conjuração Mineira foi Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, fluminense representante do Romantismo, cuja obra *Gonzaga ou a revolução do Tiradentes* foi publicada em duas edições, 1848-51 (SERELLE, 2002).

Teria sido também na literatura que se cunhara pela primeira vez a referência de Tiradentes à imagem e ao martírio de Jesus Cristo. Com a obra *Gonzaga ou a revolução de Minas*,¹³ Castro Alves dedicou um título ao “Cristo da multidão”. Porém, as primeiras associações entre Tiradentes e a história bíblica ocorreram ainda no século XVIII através dos textos já citados: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas*, e *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789* (SERELLE, 2002).

¹² Assim como não encontramos nenhum historiador contemporâneo que abordou os seis autores citados no início de nosso texto – Constancio, Abreu e Lima, D’Albuquerque, Malheiro, Varnhagen e Macedo – Serelle também não o fez.

¹³ Como se vê há uma discrepância entre Serelle e Milliet quanto ao nome da peça de Castro Alves relativa à Conjuração Mineira. Porém a denominação correta é feita por Serelle: *Gonzaga ou a revolução de Minas*.

Três textos do período oitocentista tiveram – não restritos a um estilo literário específico – ainda como tema o alferes Joaquim José da Silva Xavier, em especial o que teria acontecido com sua cabeça, são textos de: Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1861), Bernardo Guimarães (1871) e Raimundo Correia (1882). Os três contos giram em torno do imaginário mineiro – principalmente o que se propagava na Província de Minas Gerais – que se criou com o possível sumiço da cabeça do mártir, exposta em Vila Rica (SERELLE, 2002). O tema destes textos, somado à oralidade despertou muitas lendas e curiosidades a respeito do que teria acontecido com a cabeça de Silva Xavier.

Mesmo que no decorrer de seu texto Serelle não tenha citado nenhuma obra historiográfica do século XIX relativa à Inconfidência, por desconhecimento ou descuido, ele transcreveu a importância que viria a ter no último quartel deste século a obra de Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Sousa e Silva era funcionário do Estado monárquico e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e escreveu a *História da Conjuração Mineira*, livro editado em 1873. Diferente da literatura que utilizava alguns eventos históricos para enriquecer seus escritos, inclusive alguns atinentes à Inconfidência, Serelle destacou esta obra como completa e propriamente histórica sobre tal temática. O relevante em relação ao livro de Sousa e Silva foi que além de atingir um bom público no Brasil, ele também foi lido em Portugal. Assim, *História da Conjuração Mineira* passou a ser uma referência a brasileiros ou portugueses que quisessem escrever e pesquisar sobre a Conjuração Mineira. Porém, o inovador nesta obra teria sido a utilização dos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, documentos encontrados por Sousa e Silva na Secretaria de Estado do Império. Mas além desses documentos oficiais e antes de escrever seu livro, Sousa e Silva ainda consultou duas outras fontes contemporâneas à conjura: *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro – desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*, obra anônima; e a obra que se acredita ser do frei Raimundo de Penaforte: *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão* (SERELLE, 2002, p. 33-4).

Mas mesmo tendo utilizado exaustivamente fontes históricas para escrever seu livro, Sousa e Silva foi muito criticado por supostamente ter sido inventivo e caprichoso em demasia em algumas passagens. Além de ser acusado de tomar partido, uma vez que ele era monarquista e intencionalmente teria diminuído a figura de Tiradentes, já almejada pelos republicanos. Serelle analisou essas críticas e acreditava que muitas delas se deveram ao fato de Sousa e Silva ter escrito muitos textos literários ao longo de

sua vida, antes de se dedicar a escrever a história da Inconfidência, mas também por ele ter desprezado a figura de Tiradentes em prol da Monarquia. Comentou ainda que esse ilustre sócio do IHGB se defendia das críticas ao dizer que seu livro não era um romance, mas sim um relato histórico, numa clara tentativa de desvincular a História da literatura. As críticas ainda se deviam ao contato existente entre o autor de *História da Conjuração Mineira* e o Imperador Dom Pedro II, que era patrono do IHGB (SERELLE, 2002, p. 34-5).

No correr de sua tese Serelle utilizou um interessante conceito, o de “escuta”, relativo às fontes que Sousa e Silva usou no livro *História da Conjuração Mineira* e que “apareceram” em meio à sua narrativa. Uma característica que segundo Serelle, Sousa e Silva teria adotado para, certamente, demonstrar o caráter historiográfico de sua obra, afastando-a de qualquer vinculação com a literatura. Entretanto foi argumentado por Serelle que a introdução de trechos de fontes ou referências a elas não garantiriam necessariamente um caráter histórico a um texto. Afinal textos literários, como os romances históricos contêm epígrafes, partes de fontes nos quais carregam passagens de acontecimentos verídicos, e essa característica não dá absolutamente a essa narrativa um aspecto de texto histórico. A importância da utilização de fontes feita pela História se deve à afirmação de um gênero que se quer basear na cientificidade, “quando na literatura ela não passa de mais um estratagema narrativo” (SERELLE, 2002, p. 50).

Foi estabelecida na tese de Serelle uma relação entre a História e a literatura no tocante à propagação dos acontecimentos da Conjuração Mineira. A década de 1840 foi considerada por Serelle como um momento propício à busca de movimentos passados que tivessem uma origem autóctone e que pudessem ajudar na formação de uma nacionalidade histórica. E nisso concorda com Milliet, pois a Inconfidência poderia ter inspirado muitos escritos por ter tido membros ligados à elite administrativa da colônia, assim como por alguns deles terem tido ligação com as letras, e por eles supostamente terem buscado a liberdade frente a metrópole portuguesa. Desta forma seria mais fácil moldar os possíveis novos heróis da nação brasileira, os mártires mineiros, mesmo sob o regime monárquico já que seriam heróis de um movimento libertário, e não republicano. Outro fator que pesava a favor desta conspirata foi que ela se deu numa região que há muito era a principal do Império, a região que abrangia as Províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Mas Serelle advertiu que haveria dois lados divergentes em se escolher a Conjuração Mineira como expoente na consolidação de heróis nacionais no estilo

romântico: o primeiro deles esteve ligado a uma “escola” literária que escreveu obras como *Gonzaga ou a revolução do Tiradentes*, de Teixeira e Sousa, e que utilizou a Inconfidência como um tema para muitos outros romances históricos, poemas, etc., e onde não apresentava discrepância com o governo. E outro que, como ponto negativo para o regime vigente tinha a Inconfidência como uma agitação de caráter republicano e por isto em difícil consonância com as demandas do Império. Algumas características associadas a Tiradentes, como por exemplo, a profissão – militar suboficial – e o espaço social que ocupava – não era um potentado nem era homem de letras, estando mais próximo às camadas baixas da sociedade mineira –, mais o ponto controverso da fervorosa propaganda republicana o preteriu e levou à escolha do poeta e aristocrata Tomás Antônio Gonzaga como herói do movimento, ademais este também representava um arquétipo de árcade americano (SERELLE, 2002, p. 16-7). Assim, Gonzaga foi preferido como herói por ser um poeta árcade e um membro da elite luso-brasileira. Assim como pelo fato de suas líras, *Marília de Dirceu*, representarem um importante monumento na literatura luso-brasileira. Além do mais, elas poderiam ser relacionadas como literatura de fundação da nacionalidade brasileira, importante atributo no estabelecimento de Estados-nação.

A partir da década de 1870 começaram a surgir poemas, e que se intensificaram na década seguinte, em que o Imperador D. Pedro II e o regime monárquico eram atacados. Esses poemas foram denominados “socialistas” por Aníbal Falcão e assinalados como um aspecto na decadência da estética romântica. Como o Romantismo começava a declinar e este era de uma forma geral um estilo associado ao trono brasileiro, era de se esperar que um novo movimento literário rompesse com essa característica e, naturalmente, tivesse tendências republicanas (SERELLE, 2002, p. 171-2).

E segundo Serelle, a produção literária que estava voltada em torno da figura de Tiradentes se firmou na década de 1880, em geral, como forma de afrontar a Monarquia. Igualmente, o apelo político em torno da imagem de Tiradentes ficou mais patente nessa época.

O uso da imagem do Tiradentes, nessa breve fase da literatura brasileira, tonar-se, portanto, um ‘modismo’, apenas um contraponto alegórico aos símbolos do Império. Nesse panorama cultural, escreveria Basbaum, a República é mais ‘um sentimento estético que propriamente prático ou político. Era belo ser republicano, como era belo ser abolicionista’ [...] Os versos ‘socialistas’ já indicavam, porém, a confecção de um herói para a futura República e o rompimento com a tradição monárquica, o que abriria caminho para a revisão

da história da conspiração mineira no final do século XIX. (SERELLE, 2002p. 176).

No correr da tese de Serelle foram feitas tentativas de se mostrar que os discursos literário e histórico ao longo do século XIX, mas principalmente em sua segunda metade, tinham uma relação de muita proximidade com as fontes históricas. No contexto daquele século a obrigatoriedade de estar próximo do acontecimento verídico, dos vestígios do passado e distante de uma narrativa estritamente especulativa se devia ao interesse e à necessidade da História em se estabelecer como uma ciência, distanciando-se da arte. E, portanto, foi um momento em que a disciplina histórica tentava um afastamento da literatura ao se basear primordialmente em fontes documentais e, assim, firmar-se no campo da cientificidade. No Brasil essa questão não era menos importante que em outros locais, visto que foi identificado um caráter híbrido do intelectual brasileiro do século XIX, sendo que muitos deles atuavam no campo da História e também no literário – e este aspecto é um dos que ia contra Sousa e Silva e sua tentativa de escrever um livro de história. Já pelo lado da literatura, mesmo que para fins ficcionais, ter intimidade com as fontes históricas se deu por conta de uma característica de estilo, o Romantismo, que embora iniciado na Europa se difundiu também pelo Brasil.

Demonstrou-se também que havia uma intenção comum nas narrativas literárias, que era a invenção de uma nacionalidade brasileira fundada em fatos históricos. Do lado do Romantismo, os romances sobre a Inconfidência ajudaram na consolidação de um movimento libertário que visava à independência e, portanto, seria bem associado aos valores do Império, sem atacar a figura de D. Pedro II. Já os escritores pós-românticos utilizaram algo que foi uma característica das décadas de 1870 e principalmente da de 80, qual seja, a imagem de Tiradentes de modo a privilegiar um aspecto republicano da Conjuração Mineira. Desta maneira vemos que

[...] pelo menos dois momentos narrativos da Inconfidência no Oitocentos, que obedecem, como vimos, a orientações políticas diferentes (Monarquia e República), mas que, por outro lado, compartilham de perspectivas semelhantes, já que, em ambos os casos, literatura e história apresentam-se como práticas formadoras do imaginário e não excludentes de narrar o passado, (re)construindo aspectos da tradição que se quer afirmar e buscando a expressão de um processo histórico nacional (SERELLE, 2002, p. 217-8).

Ao finalizar a tese, Serelle abordou como foi relevante no século XIX o contato entre história e literatura com o intuito de ressuscitar do passado a Conjuração Mineira, e que esse contato teve mais pontos em comum que distoantes, mesmo que estando inseridos em campos discursivos tão diferentes (SERELLE, 2002, p. 220).

Enquanto isso, de uma maneira mais ampla, abordados os textos dos seis autores supracitados conseguimos visualizar melhor algumas de suas intenções e se tinham um posicionamento parecido entre si ou se havia excessivo destoar de ideias. Ao passo que Abreu e Lima, D'Albuquerque, Malheiro, Varnhagen e Macedo deixaram transparecer em sua escrita que o sucesso da Conjuração Mineira resultaria no desmembramento de Minas Gerais – e talvez conjuntamente com o Rio de Janeiro – da colônia portuguesa, somente Constancio deixou de lado qualquer observação a esse respeito. Percebe-se também que dos sete livros¹⁴ em questão é só no de Macedo que existe uma relação entre a Conjuração Mineira e a Independência brasileira como uma continuação de interesses patrióticos, onde a primeira teria sido a precursora da segunda num movimento irresistível da história e da evolução natural dos colonos americanos.

Pelo curto espaço de tempo entre a escrita do primeiro texto, o de Constancio em 1839, e o último, de Macedo em 1863, percebemos que desde a elaboração daquele à publicação deste há pontos em comum em todos eles. Não queremos com isso supor que um autor subsequente, ao ter lido o texto do anterior o copiou, tendo feito melhoramentos e expansões. Mas que talvez houvesse uma ideia geral difundida por algumas fontes escritas, pela tradição oral, enfim, pelo senso comum em especial nas regiões próximas dos acontecimentos de 1789 a 92, do que havia sido a Conjuração Mineira e que então, a partir de alguns pressupostos, os textos que diziam respeito a ela tivessem uma aparência comum, análoga.

Destes textos mencionados no correr do capítulo é importante destacar as suas similitudes, o que neles se repetiu. Assim, vimos que em todos eles era apontada a ideia de que tornar a colônia portuguesa na América em território independente da metrópole – tendo como exemplo a bem sucedida revolução dos anglo-americanos em 1776 – era um desejo de alguns colonos, mas principalmente dos que tinham instrução. Tomariam maior parte nesse intento os brasileiros que estudaram em universidades europeias no fim dos anos 1780. Ademais, os seis autores difundiram que essas ideias emancipacionistas chegaram a Minas Gerais por meio de dois filhos da terra, Domingos Vidal Barbosa e José Álvares Maciel, e a partir de tal difusão, alguns mineiros “ilustres” pensaram em transformar a Capitania numa república. Quanto a este ponto em particular há algumas variações de posicionamento. Enquanto que alguns dos autores citados acreditavam que apenas Minas Gerais se constituiria em uma república

¹⁴ São seis autores: Constancio, Abreu e Lima, D'Albuquerque, Malheiro, Varnhagen e Macedo. No entanto há as duas edições do livro de Varnhagen, e por isso são sete livros e não seis.

independente, havia os que criam na possibilidade de união de interesses entre mineiros e fluminenses para o estabelecimento de uma república. E ainda os que escreveram que a emancipação total se daria, a partir de Minas, de maneira a tornar o Brasil um país republicano. Não obstante essas constatações foi somente Constancio quem não registrou satisfação pelo insucesso da referida conspiração. Todos os outros se mostraram aliviados por tal fracasso, pois deixaram transparecer que o êxito da Conjuração Mineira poderia ser o início de uma série de desmembramentos em território nacional.

Outra analogia dos textos diz respeito a como seus autores se referiram aos conjurados mineiros. A maior parte dos seis autores, excetuado apenas Constancio, fez muitos comentários elogiosos aos ilustres membros da conjura, principalmente a Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Carlos Correia de Toledo e Melo, Luiz Vieira da Silva e Domingos Abreu Vieira. Em muitos trechos dos textos se escreveu que esses conjurados eram honrados, distintos, venerandos, célebres, corajosos, etc. Não deixa de ser importante do ponto de vista historiográfico que mesmo sob um regime monárquico e escrevendo para os filhos e demais membros da elite do Império, os autores não se constrangeram em exaltar esses conspiradores que outrora fizeram parte da elite burocrática, cultural e econômica do período colonial brasileiro. Na mesma linha, os seis autores, uns mais outros menos, se referiram a Joaquim Silvério dos Reis, o primeiro e principal delator da Conjuração Mineira, de maneira negativa e sempre a denotar seu mau caráter, tratando-o por traidor de seus consócios, um infame. Obviamente Reis foi um traidor em relação a seus companheiros de revolução porque os delatou com o único objetivo de ver suas dívidas perdoadas pela Coroa portuguesa. Mas os autores poderiam ter exaltado seu lado de fiel vassalo português, que pelo Código Filipino o obrigava a denunciar qualquer agitação que fosse contrária à Coroa. Entretanto não se fez referência a este ponto e só o caracterizam pela ótica que os conjurados e os favoráveis à Conjuração haveriam de ter dele.

E por vezes o mais destacado dentre os conjurados mineiros, Joaquim José da Silva Xavier, foi retratado a partir de adjetivos diferentes de qualquer outro inconfidente. Dele não foi dito que era célebre ou venerando, tão pouco infame. Contudo, as palavras remetidas ao Tiradentes passam ao leitor mais atento a impressão de que o momento vivido à época da escrita não era o mais propício ao enaltecimento de um

mártir republicano. Portanto encontramos: insignificante, indiscreto, leviano, audaz, mentiroso, aliciador, ambicioso, patriota, perseverante, ambicioso, antipático, feio, espantado e sereno. Desta maneira, qualificações diversas como estas podem significar as opções ideológicas de determinado autor, isto é, como todos eram monarquistas, eles viam o republicanismo inerente nas referências a Tiradentes, o que não era tão patente nas imagens dos outros conjurados. Exatamente por isso era difícil de se levantar a imagem de Tiradentes, por mais que seu martírio lhe tenha garantido afinidades diversas.

Então como pudemos constatar, havia uma visão quase que de conjunto acerca dos fatos atinentes à Conjuração Mineira. E ainda que não seja nossa intenção fazer tábula rasa e pôr os seis autores como os expoentes de uma mentalidade, eles certamente representavam um pensamento compartilhado entre e pelo imaginário de algumas pessoas do século XIX. E imaginário, tal como o entendemos é uma aparelhagem que articula socialmente as pessoas de uma mesma classe, estamento e/ou sociedade de um determinado período. E com o correr dos séculos, o termo se dissociou de sua antiga característica quimérica e ilusória, e passou a receber designações voltadas para o mundo “real”, especialmente aquele do político. Recebendo o atributo coletivo, esse imaginário rodeia e está relacionado às atitudes do grupo, que perpassa aquilo que é de caráter individual (BACZKO, 1985). E a imaginação, assim como o imaginário carregam em si as especificidades de cada época em que são chamados a agir. Cada período tem as suas formas de imaginar, reproduzir e renovar esse imaginário, assim como tem as maneiras de o sentir e pensar (BACZKO, 1985, p. 309). E atribuímos as grandes semelhanças entre os sete livros ao momento vivido na primeira metade do oitocentos brasileiro, portanto relativas a um mesmo imaginário social e perpassadas por aquele momento político, cheio de incertezas.

Referências bibliográficas

- ABREU E LIMA, J. I. de. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1843.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, UNB, 1988.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In. ROMANO, Ruggiero (Org.) Enciclopédia Einaudi, Lisboa, 1985.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil, desde seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I*. Paris: Livraria Portuguesa, 1839.
- D'ALBUQUERQUE, Salvador Henrique. *Resumo da História do Brasil*. Pernambuco: Tipografia Imparcial, 1848.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: em casa de Domingos José Gomes Brandão, 1863.
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil: desde seu descobrimento em 1500 até 1849*. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco de Paula Brito, 1850.
- MILLIET, Maria Alice. *Tiradentes: o corpo do herói*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 20.^a edição, 1993.
- SERELLE, Márcio de Vasconcellos. *Os versos ou a história: a formação da Inconfidência Mineira no imaginário do Oitocentos*. Tese de doutoramento apresentado ao Departamento de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Tomo I. Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. Tomo II. 2.^a ed., Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, não há data.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História Geral do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857.